

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 ii), o Conselho de Administração da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da Companhia e da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de sua coligada Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018.

As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em fase preliminar e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

A mensuração do ativo intangível de concessão é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível de concessões como área significativa de auditoria. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 7 das demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das políticas de capitalização de ativo intangível das concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) testes sobre uma amostra de adições ao ativo intangível de concessões, incluindo análises com a área de engenharia; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão;

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos referidos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 15 das demonstrações financeiras.

Avaliamos as transações com partes relacionadas um dos principais assuntos de auditoria considerando a possibilidade de que ocorram transações que não estejam acordados ou registradas por valores adequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2017; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração; e (iii) realização de procedimentos de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa acima mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

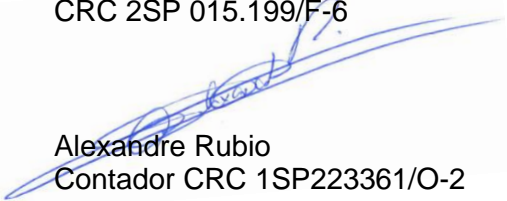


Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 15 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6



Alexandre Rubio
Contador CRC 1SP223361/O-2

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.292	5.622
Aplicações financeiras	5	16.716	19.845
Contas a receber de clientes	6	14.041	13.821
Outros créditos		113	77
Impostos a recuperar		-	1.238
Despesas antecipadas		113	428
Total do ativo circulante		<u>43.275</u>	<u>41.031</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	35	77
Depósitos judiciais	11	1.909	1.166
Impostos diferidos	14	24.995	21.226
Intangível	7	314.494	324.270
Total do ativo não circulante		<u>341.433</u>	<u>346.739</u>
Total do ativo		<u><u>384.708</u></u>	<u><u>387.770</u></u>

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		15.375	1.618
Empréstimos	8	15.000	1.200
Instrumentos financeiros derivativos	13	9.466	10
Debêntures	9	57.703	65.857
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	25.306	22.925
Obrigações sociais		3.611	2.603
Obrigações tributárias	10	4.435	2.133
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	949	-
Partes relacionadas	15	2.367	1.078
Outras exigibilidades		446	674
Total do passivo circulante		<u>134.658</u>	<u>98.098</u>
Não circulante			
Debêntures	9	109.028	146.760
Instrumentos financeiros derivativos	13	15.688	23.652
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	20.932	14.068
Impostos diferidos	14	31.374	38.829
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	11	374	645
Total do passivo não circulante		<u>177.396</u>	<u>223.954</u>
Patrimônio líquido	12		
Capital social		49.200	49.200
Ajustes de avaliação patrimonial		19.986	24.011
Reservas de lucros		3.468	620
Prejuízos acumulados		-	(8.113)
Total do patrimônio líquido		<u>72.654</u>	<u>65.718</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>384.708</u></u>	<u><u>387.770</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	17	253.907	222.938
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(46.944)	(56.003)
Custo de construção - ativos da concessão		(44.718)	(27.329)
Operação de rodovias		(14.112)	(20.483)
Pessoal		(8.704)	(4.987)
Seguros e outros		(5.541)	(5.367)
Amortização	7	(54.403)	(48.540)
	19	(174.422)	(162.709)
Lucro bruto		79.485	60.229
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(8.388)	(8.540)
Despesas administrativas		(19.161)	(16.638)
	19	(27.549)	(25.178)
Resultado antes do resultado financeiro		51.936	35.051
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		4.905	19.672
Despesas financeiras		(45.187)	(70.867)
		(40.282)	(51.195)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		11.654	(16.144)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(14.993)	(9.765)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	11.224	15.914
		(3.769)	6.149
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		7.885	(9.995)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação - em reais		0,5798	(0,7349)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.885	(9.995)
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.885</u></u>	<u><u>(9.995)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.200	27.931	3.264	812	544	-	77.751
Realização da reserva de reavaliação	12	-	(5.940)	-	-	5.940	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	12	-	2.020	-	-	(2.020)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(9.995)	(9.995)
Destinação proposta da reserva de lucros							
Aumento de capital	12	4.000	-	(3.264)	(192)	(544)	-
Juros sobre capital próprio	12	-	-	-	-	(2.038)	(2.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	49.200	24.011	-	620	-	(8.113)	65.718
Realização da reserva de reavaliação	12	-	(6.098)	-	-	6.098	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	12	-	2.073	-	-	(2.073)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.885	7.885
Destinação proposta da reserva de lucros							
Aumento de capital	12	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	12	-	-	394	-	(394)	-
Constituição de reserva estatutária	12	-	-	-	40	(40)	-
Constituição de reserva	12	-	-	-	-	2.414	(2.414)
Dividendos	12	-	-	-	-	(949)	(949)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.200	19.986	394	660	2.414	-	72.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	109.926	96.657
Das operações	105.288	97.080
Resultado do exercício antes dos tributos	11.654	(16.144)
Amortização	54.403	48.540
Resultado na baixa do intangível	91	42
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(271)	(1.164)
Despesas com debêntures	1.440	1.140
Provisão para manutenção dos ativos de concessão	4.022	6.324
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	5.223	5.524
Valor justo debêntures	620	3.406
Perda instrumentos derivativos	2.195	14.306
Marcação a mercado derivativos	(703)	(3.308)
Despesas de juros sobre empréstimos	1.702	1.607
Despesas monetária das debêntures	24.912	36.807
(Redução) aumento em:	554	13.501
Contas a receber de clientes	(220)	(1.186)
Partes relacionadas	-	15.783
Outros ativos de curto prazo	1.517	(1.096)
Depósitos judiciais	(743)	-
Aumento (redução) em:	4.084	(13.924)
Fornecedores	13.757	(1.116)
Partes relacionadas	2.238	(1.814)
Obrigações tributárias	(130)	-
Imposto de renda e contribuição pagos	(12.561)	(11.199)
Outros passivos de curto prazo	780	205
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(41.547)	(5.678)
Adições ao ativo intangível	(44.718)	(27.329)
Aplicação financeira	3.171	21.776
Outras atividades de investimento	-	(125)
Caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	(61.709)	(88.559)
Captação de empréstimos	13.800	54.300
Captação de debêntures	-	(1.653)
Pagamento de empréstimos	-	(63.100)
Pagamento de Juros sobre empréstimos	(1.702)	(1.607)
Pagamento de debêntures	(44.280)	(36.900)
Pagamento de Juros debêntures	(28.578)	(37.561)
Dividendos / JCP pagos	(949)	(2.038)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	6.670	2.420
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	5.622	3.202
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	12.292	5.622
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	6.670	2.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas	272.882	240.686
Venda de serviços	226.202	211.439
Receitas de construção - ativos da concessão	44.718	27.329
Outras receitas	1.962	1.918
Insumos adquiridos de terceiros	(129.613)	(124.976)
Custo dos serviços prestados	(111.316)	(109.182)
Materiais, energia, serviços e outros	(18.297)	(15.794)
Valor adicionado bruto	143.269	115.710
Retenções	(54.403)	(48.540)
Depreciação, amortização e exaustão	(54.403)	(48.540)
Valor adicionado líquido	88.866	67.170
Valor recebido em transferência	4.905	19.672
Receitas financeiras	4.905	19.672
Valor adicionado total a distribuir	93.771	86.842
Distribuição do valor adicionado:	(93.771)	(86.842)
A - Pessoal e encargos	(17.093)	(13.527)
Remuneração direta	(9.966)	(7.356)
Benefícios	(3.557)	(2.241)
F.G.T.S.	(735)	(496)
Outros	(2.835)	(3.434)
B - Impostos, taxas e contribuições	(22.744)	(11.599)
Federais	(12.207)	(1.746)
Municipais	(10.537)	(9.853)
C - Juros e aluguéis	(46.049)	(71.711)
Juros	(42.478)	(55.560)
Aluguéis	(863)	(844)
Outros	(2.708)	(15.307)
D - Remuneração do capital próprio	(7.885)	9.995
Lucros (prejuízos) retidos	(7.885)	9.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo ou se forem instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

iii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utilizou em uma operação financeira instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e passivo financeiro quando o valor justo do instrumento for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado.

A Companhia designa swaps de juros como instrumento de hedge para a contabilidade de hedge de valor justo. Para isso no início da relação de hedge a Companhia documenta formalmente a relação de hedge, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco, evidenciando o instrumento de hedge, o objeto de hedge, a natureza do risco coberto, a forma com que a eficácia será avaliada a fim de compensar as oscilações de valor justo do item objeto de hedge.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

iii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

O Hedge de valor justo é registrado da seguinte forma:

A mudança no valor justo do derivativo instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro assim como o ajuste a valor justo do item objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

A Companhia possui um swap de taxa de juros utilizado para proteger a exposição a variações no valor justo de debenture à taxa de CDI + 1,90 a.a.. Vide Nota 13 para mais detalhes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Intangível--Continuação

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 teve como origem o saldo do ativo imobilizado registrado desde o início da concessão, que estava demonstrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação espontânea realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de outubro de 2007.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Não Cumulativa	7,60%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS - Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas que não requerem a apresentação da DVA, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.10. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos qualificáveis elegíveis.

2.11. Normas, alterações e interpretações de normas

Estão descritas a seguir novas normas e alterações que foram emitidas, mas não estavam em vigor:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IFRS 9 - Financial Instruments foi emitido pelo IASB em 12 de novembro de 2009, com última alteração em 12 de setembro de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, norma equivalente ao IFRS 9, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 763/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

O CPC 48 substitui CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ICPC 06 – Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior e o OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. As principais alterações apresentadas pela nova norma são (i) classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de ativo financeiro e (iii) contabilização de hedge.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas, alterações e interpretações de normas -- Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

A Companhia realizou uma avaliação do CPC 48 e de seus impactos em cada um de seus instrumentos financeiros, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:

Classificação e mensuração

A Administração da Companhia não identificou alteração na classificação de seus instrumentos financeiros, especialmente dos ativos e, desta forma, não espera impacto na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da nova norma.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que se registrem perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros a receber, tais como empréstimos e contas a receber de clientes. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. No entanto, não são esperados ajustes relevantes, tendo em vista que o contas a receber é formado basicamente por valores a receber de empresas operadoras de pedágio, cujo histórico de perdas é praticamente nulo e não apresentam, na data da elaboração da presente demonstração financeira. A Companhia ficará atenta aos indicadores de risco (tal como um evento de solicitação de recuperação judicial, etc.) que levassem a Companhia a constituir uma provisão para perdas. Esses modelos de riscos estão sendo aperfeiçoados pela Companhia para aprimorar o acompanhamento de riscos futuros a fim de identificar antecipadamente eventuais eventos de perdas futura para fins de ajuste da provisão.

Contabilidade de hedge

As relações de hedge designadas como hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com o CPC48. Uma vez que a nova norma não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedge efetivo, a aplicação dos requisitos de hedge da nova norma não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)--Continuação

Apresentação e divulgação

Na avaliação da Companhia as divulgações sobre gestão de risco relacionadas às aplicações financeiras e contas a receber deverão ser complementados, incluindo, entre outras, a política de monitoramento dos fatores de mercado que possam gerar riscos de crédito à sua carteira.

Adendos emitidos pelo IASB

Em 12 de outubro de 2017 o IASB emitiu um adendo ao IFRS 9, referente ao pré-pagamento com compensação negativa. As alterações deste adendo devem ser aplicadas retrospectivamente para os exercícios fiscais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes sobre essa alteração.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers foi emitido pelo IASB em 28 de maio de 2014, com última alteração em 12 de abril de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, norma equivalente ao IFRS 15, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 762/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

O novo pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a nova norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia realizou uma avaliação do CPC 47 e de seus impactos em cada uma de suas receitas de forma detalhada, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)-- Continuação

Receitas de pedágio

Receita pela qual a Companhia recebe uma tarifa de pedágio como contraprestação pelo uso da infraestrutura da rodovia, sendo reconhecida no momento da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receitas de construção

A Companhia executa obras de ampliação e melhoria de infraestrutura da rodovia, nos termos do contrato de concessão, reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras, em contrapartida ao ativo intangível. A contraprestação pela execução de tais obras se dá mediante amortização pela tarifa de pedágio de acordo com a projeção de volume de tráfego estimado ao longo do período de concessão.

A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção.

Receitas acessórias

A Companhia possui contratos com terceiros pelos quais permite a utilização da infraestrutura da faixa de domínio da rodovia. Tais contratos são pagos de forma antecipada e a contraprestação recebida é registrada como receita diferida, a qual é apropriada ao resultado mensalmente ao longo do prazo do contrato.

A Companhia concluiu que a adoção da CPC 47 não tem efeito na contabilização de tais receitas, pois o modelo atual adotado é similar ao requerido pela nova norma. Entretanto, os montantes previamente divulgados como receita diferida devem ser divulgados, de acordo com o CPC 47, como “Passivos de contrato”, com ampla divulgação sobre as cláusulas de desempenho que precisam ser satisfeitas para o reconhecimento da receita. Considerando tal alteração, a Companhia reclassificará, quando da adoção da nova norma, os valores mantidos à rubrica receita diferida para Passivos de contrato e atentarás as divulgações requeridas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)-- Continuação

Apresentação e divulgação

A Companhia concluiu que algumas de suas divulgações serão complementadas, no entanto, não serão alterações significativas pela natureza de suas receitas e nível de julgamentos exercido no reconhecimento da receita (há basicamente uma única obrigação de desempenho para cada tipo de receita e a transferência do controle é claramente identificada).

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

O IFRS 16 - Leases foi emitido pelo IABS em 13 de janeiro de 2016. Em 06 de outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, norma equivalente ao IFRS 16, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 21 de dezembro de 2017, através da Deliberação CVM Nº 787/2017, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e requer que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, similar a contabilização de arrendamentos financeiros estabelecida pela CPC 06 (R1) (IAS 17). Há duas isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento pelos arrendatários: (i) arrendamentos de ativos de “baixo valor” (Como por exemplo, tablets, notebooks ou móveis de escritório) e arrendamentos de curto prazo (que possuem prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses).

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) exige que os arrendatários façam divulgações mais detalhadas do que as previstas na CPC 06 (R1) (IAS 17). O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia ainda não concluiu seus estudos sobre os impactos da referida norma sobre suas demonstrações financeiras e irá avaliar ao longo do exercício de 2018 o efeito potencial do CPC 06 (R2), (IFRS 16) em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas ou interpretações, emitidas pelo CPC ou IASB, que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalência de caixa

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes saldos em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalência de caixa		
Caixa geral (praças e sede)	1.989	1.737
Bancos	7.106	3.308
Valores transitórios (transporte de valores)	535	577
Aplicação financeira disponível	2.662	-
	<u>12.292</u>	<u>5.622</u>

Não há saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras são remuneradas a 101,8% do CDI.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de depósito Interfinanceiro (CDI)	16.716	19.845
Títulos de capitalização Ouro Cap. BB	35	77
	<u>16.751</u>	<u>19.922</u>
Ativo circulante	<u>16.716</u>	<u>19.845</u>
Ativo não circulante	<u>35</u>	<u>77</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um saldo de aplicação financeira junto ao banco Itaú no montante de R\$ 19.378 (R\$ 19.845 em 2016) que está vinculada ao contrato da 3ª emissão de debentures efetuada em abril de 2015, a emissora deverá transferir mensalmente, para a Conta de Reserva do Serviço da Dívida recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima parcela vincenda das Debêntures. As aplicações financeiras são remuneradas à 100% do CDI, sendo todas elas junto a Instituições financeiras de primeira linha.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Visanet	935	969
Dbtrans	143	135
Conectcar	382	264
Via Fácil	12.473	12.140
Outras contas a receber	108	313
	<u>14.041</u>	<u>13.821</u>

As contas a receber da Companhia não apresentam montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

Custo	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	359.068	258.896	2.361	3.870	9.899	634.094
Aquisições	22.767	2.515	156	1.617	274	27.329
Baixas	-	-	-	-	(126)	(126)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	381.835	261.411	2.517	5.487	10.047	661.297
Aquisições	38.699	561	584	2.638	2.236	44.718
Baixas	-	(360)	(381)	-	(319)	(1.060)
Transferências	-	-	-	(921)	921	-
Saldo em 31/12/2017	420.534	261.612	2.720	7.204	12.885	704.955
Amortização						
Saldo em 31/12/2015	(149.886)	(133.625)	(1.227)	-	(3.833)	(288.571)
Amortização	(30.681)	(16.856)	(170)	-	(833)	(48.540)
Baixas	-	-	-	-	84	84
Saldo em 31/12/2016	(180.567)	(150.481)	(1.397)	-	(4.582)	(337.027)
Amortização	(36.161)	(16.717)	(256)	-	(1.269)	(54.403)
Baixas	-	361	377	-	231	969
Saldo em 31/12/2017	(216.728)	(166.837)	(1.276)	-	(5.620)	(390.461)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2016	201.268	110.930	1.120	5.487	5.465	324.270
Saldo em 31/12/2017	203.806	94.775	1.444	7.204	7.265	314.494

No exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, foi realizado o teste de impairment e não foi identificada a necessidade de efetuar ajustes de valor recuperável do ativo intangível.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco Santander	132,5% do CDI	<u>15.000</u>	1.200
		<u>15.000</u>	1.200
Passivo circulante		<u>15.000</u>	1.200

Os empréstimos contraídos possuem o aval da controladora TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

O empréstimo junto ao Santander tem o prazo de vencimento em 05/01/2018, no qual foi renovado para mais 60 dias, vencendo em 06/03/2018, com a possibilidade de nova renovação com pagamentos pré-fixados.

Não há covenants ou cláusulas restritivas nos empréstimos vigentes.

9. Debêntures

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3º (terceira) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 (vinte e quatro mil e seiscentas) debêntures no valor de R\$10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição do caixa para uso geral, liquidação antecipada da 2º emissão das debentures e pagamento de capital de giro junto ao banco Santander e outros credores.

As remunerações das debêntures ocorrem em 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures está sendo pago em 9 (nove) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 3,20% a.a. (três inteiros e vinte por cento ao ano) ("Remuneração"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Em 25 de agosto de 2016 foi realizada uma AGDEB Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debentures simples, no qual houve a alteração das algumas cláusulas no qual as mais relevantes são:

Alteração da obrigatoriedade da constituição da reserva da dívida do valor do principal mais juros da próxima parcela a vencer, ficando a constituição somente da próxima parcela mais juros a ser constituída dentro do período de seis meses antes do próximo pagamento, e;

Alteração da sobretaxa (spread) passando de CDI+1,90% a.a. para CDI+3,20% a.a.

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	31/12/2017	31/12/2016
15/04/2017	9,00%	22.140	-	22.140
15/10/2017	9,00%	22.140	-	22.140
15/04/2018	9,75%	23.985	23.985	23.985
15/10/2018	9,75%	23.985	23.985	23.985
15/04/2019	15,50%	38.130	38.130	38.130
15/10/2019	15,50%	38.130	38.130	38.130
15/04/2020	16,50%	40.590	40.590	40.590
	85,0%	209.100	164.820	209.100
Despesas Antecipadas			(3.360)	(4.800)
Provisão de Juros Mensais			3.521	7.187
Valor Justo Debentures			1.750	1.130
			166.731	212.617
Passivo Circulante			57.703	65.857
Passivo Não Circulante			109.028	146.760
			166.731	212.617

As debêntures estão sendo contabilizadas a valor justo.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas às e Debêntures estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,8 (três inteiro e oitenta centésimos);
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,05;

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

A Companhia cumpriu com todos os indicadores (covenants) relacionados aos contratos de debêntures em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda	1.666	-
Contribuição social	766	-
PIS	141	138
COFINS	649	635
ISS	1.022	1.167
Outros tributos	191	193
Total das obrigações tributárias	<u>4.435</u>	<u>2.133</u>

11. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2017 e dezembro de 2016 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas prováveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para contingências trabalhistas	(643)	(68)	337	(374)
Provisões para honorários advocatícios	(2)	-	2	-
Saldo total de provisão para contingências	(645)	(68)	339	(374)
Depósitos judiciais	1.166	1.511	(768)	1.909
	<u>521</u>	<u>1.443</u>	<u>(429)</u>	<u>1.535</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas cujo montante, em 31 de dezembro de 2017, de R\$14 e (R\$759 em 31 de dezembro de 2016).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$49.200 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal assim distribuídas entre os acionistas:

	<u>Número de ações</u>	<u>% de participação</u>
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	13.600.000	100,00
Total	<u>13.600.000</u>	<u>100,00</u>

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

Foi destinado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 949 a fim de dividendos mínimos obrigatórios, conforme estatuto social.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram. Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão. Saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 19.986 (R\$ 24.011 em 31 de dezembro de 2016), sendo realizado líquido o montante de R\$ 4.025 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.920 em 2016).

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva legal foi utilizado em sua totalidade para integração do capital, aprovado por Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 18 de novembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva legal é R\$ 394.

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva estatutária é R\$660 (R\$ 620 em 2016).

13. Instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores, empréstimos e derivativos.

Sendo que os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras - são classificadas como investimentos mantidos até o vencimento.
- ii. Empréstimos - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Para fins de hedge accounting, a debênture que é objeto que hedge, é mensurada a valor justo.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar aos mesmos indexadores tanto a atualização dos saldos de seus ativos quanto os saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

O instrumento financeiro derivativo e a debênture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Perda instrumentos derivativos	(26.945)	(24.891)
Marcação a mercado derivativos	1.791	1.229
Total instrumentos financeiros derivativos	<u>(25.154)</u>	<u>(23.662)</u>
Passivo		
Circulante	(9.466)	(10)
Não circulante	<u>(15.688)</u>	<u>(23.652)</u>
	<u>(25.154)</u>	<u>(23.662)</u>

Ajuste a valor justo das debêntures

Valor justo das debêntures	<u>(1.750)</u>	<u>(1.130)</u>
Total valor justo debêntures	<u>(1.750)</u>	<u>(1.130)</u>
Passivo		
Circulante	(7.652)	(15.830)
Não circulante	5.902	14.700

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

<u>Prazo</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Total</u>
<u>Valor</u>	(9.466)	(10.283)	(5.405)	<u>(25.154)</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

c) Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Receitas Financeiras – 2017

Aplicações Financeiras					
<u>Indexador</u>	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
	5,25%	3,50%	7,00%	8,75%	10,50%

Projeção das Receitas Financeiras – 2018							
	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo Principal 31/12/2017</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	100% CDI	16.716	878	585	1.170	1.463	1.755
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	101,8% CDI	2.662	142	95	190	237	285
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS		19.378	1.020	680	1.360	1.700	2.040

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Despesas Financeiras – 2017

Empréstimos e Financiamentos

	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador	Cenário II	Cenário I		Cenário III	Cenário IV
3,2% a.a	5,25%	3,50%	7,00%	8,75%	10,50%
9,1% a.a	N/A	N/A	3,20%	N/A	N/A
32,5% a.a	N/A	N/A	9,10%	N/A	N/A
			32,50%	N/A	N/A

Projeção das Despesas Financeiras – 2018

	Taxa	Saldo Principal	Queda de	Queda de	Base Case	Aumento de	Aumento de
	de Juros	31/12/2017	25%	50%		25%	50%
CAPITAL DE GIRO							
Debentures	3,20% a.a + CDI	166.731	14.089	11.171	17.007	19.924	22.842
Derivativos	9,10% a.a + IPCA	25.154	3.610	3.169	4.050	4.490	4.930
EMPRESTIMO							
Banco Santander	132,5% do CDI + Juros Flutuante	15.000	5.663	5.400	5.925	6.188	6.450
TOTAL EMPRÉSTIMOS		206.885	23.362	19.740	26.982	30.602	34.222

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	11.654	(16.144)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(3.962)	5.489
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Juros sobre Capital Próprio	-	693
Adições permanentes, líquidas	702	318
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(509)	(351)
Imposto de renda e contribuição social	(3.769)	6.149
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(14.993)	(9.765)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11.224	15.914
Alíquota efetiva	32%	38%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias provisão para manutenção		
Imposto de renda diferido	11.561	9.248
Contribuição social diferida	4.161	3.329
Sobre instrumentos derivativos		
Imposto de renda diferido	6.288	5.915
Contribuição social diferida	2.264	2.130
Sobre valor justo debentures		
Imposto de renda diferido	437	283
Contribuição social diferida	157	102
Outras provisões temporárias		
Imposto de renda diferido	93	161
Contribuição social diferida	34	58
	<u>24.995</u>	<u>21.226</u>
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação		
Imposto de renda diferido	(7.571)	(9.095)
Contribuição social diferida	(2.725)	(3.274)
Sobre diferença de depreciação / amortização		
Imposto de renda diferido	(15.190)	(19.069)
Contribuição social diferida	(5.468)	(6.865)
Sobre apropriação juros empréstimos obras em andamento		
Imposto de renda diferido	(309)	(386)
Contribuição social diferida	(111)	(139)
	<u>(31.374)</u>	<u>(38.829)</u>
	<u>(6.379)</u>	<u>(17.603)</u>

Os impostos diferidos têm expectativa de realização até o final da concessão (2021).

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

15.1 Pessoas ligadas

Triunfo Participações e Investimento S.A.	Contas a pagar	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas diversas 1)	1.218	208
Dividendos	949	-
Total	2.167	208

1) Rateio da controladora com base no convenio de rateio de custos comuns..

15.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de contratação de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

	Contas a pagar a partes relacionadas		Valores acumulados nos exercícios encerrados em 2017 e 2016							
			Intangível		Conservação		Operação		Despesas com aluguel	
	31/12/2017	31/12/2016	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16	dez/17	dez/16
Rio										
Tibagi	1.088	197	1.701	9.782	31.727	48.347	6.789	18.016	194	182
CTVIAS	61	-	-	-	61	-	-	-	-	-
Compasa	-	673	27.759	14.828	1.392	-	-	-	-	-
Total	1.149	870	29.460	24.610	33.180	48.347	6.789	18.016	194	182

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

15.2 Transações comerciais--Continuação

Os montantes registrados nas rubricas de conservação, operação e aluguel estão registrados no resultado da Companhia. Tais despesas referem-se à manutenção e conservação das rodovias, assim como despesas inerentes à operação do negócio nas praças de pedágio e demais estrutura. A THC – Triunfo Holding de Construções, que possui controle comum à TPI,- Triunfo Participações e Investimento S.A. realizou a venda de sua participação na Compasa em 21 de setembro de 2017. Desta forma, os saldos em aberto deixaram de ser apresentados como Partes Relacionadas, passando a ser classificados na rubrica de fornecedores.

Contrato com a Rio Tibagi

Companhia contratou a empresa Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., também constituída majoritariamente pelo seu acionista controlador, que prestou serviços de conservação, manutenção e operações de rodovias.

Durante o exercício de 2017, os contratos de serviços foram mantidos com a atualização dos valores em 3,5%. Sobre os saldos vencidos, incidem juros de mora equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Os serviços contratados/orçados para 2017 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados, como segue:

	Prazo	Valor contratado / orçado	Valor executado
Apoio ao tráfego	2017	407	102
Operação do sistema de pesagem em balança	2017	1.835	1.071
Serviços de inspeção de tráfego	2017	2.366	588
Atendimento mecânico, resgate e reboque	2017	4.520	1.118
Atendimento médico pré-hospitalar	2017	7.704	1.939
Administração S.A.U.	2017	514	300
Manutenção de viveiro	2017	168	112
Limpeza e conservação	2017	225	131
Recolhimento de animais, caminhão pipa	2017	1.041	260
Manutenção predial	2017	1.752	1.168
Sinalização de rodovias vertical e horizontal	2017	5.093	2.403
Monitoramento faixa de domínio e controle de acessos	2017	640	640
Conservação e manutenção das rodovias	2017	52.938	30.385
Total		<u>79.203</u>	<u>40.217</u>

Em de 31 de dezembro de 2017 houve o encerramento dos contratos entre a Econorte e a Rio Tibagi Serviços de Apoio e Operações Rodoviárias. Os serviços operacionais passaram a ser executados diretamente pela Econorte e os colaboradores da Rio Tibagi que exerciam esses serviços foram transferidos para o quadro de funcionários da Companhia. A natureza destes custos não permite ativação segundo o IFRIC 12.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

15.2 Transações comerciais--Continuação

Contrato com a Rio Tibagi--Continuação

Houve a aquisição de alguns bens do ativo imobilizado da Rio Tibagi pela Econorte, principalmente veículos e maquinários.

Cabe ressaltar que o encerramento dos contratos não trouxe nenhuma oneração à Companhia e que os serviços de atendimento médico pré-hospitalar, guincho pesado e alguns serviços de manutenção predial e conservação de rodovia foram contratados de outros prestadores.

CTVIAS – Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária

Em 28 de dezembro de 2017, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos, controladora da Econorte informou ao mercado a aquisição da CTVIAS, com isso a Companhia passa a apresentar seus saldos como Partes relacionadas, deixando de ser classificados na rubrica de fornecedores.

A Companhia contratou a CTVIAS, para prestar serviços de engenharia em infraestrutura com monitoramento e avaliação dos pavimentos, elementos de sinalização e de proteção e segurança integrantes das rodovias do lote 01.

Os serviços contratados para o ano de 2017/2018 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados, como segue:

<u>Serviços contratados</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor executado</u>
Ensaio e monitoramento de pavimentos	2017/2018	759	422

Compasa do Brasil

Em 31 de julho de 2007 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos. Em 2013, os contratos foram renovados.

Em fevereiro de 2015 houve o 1º aditivo do contrato entre as partes, no qual a Construtora Triunfo S.A. passou a cessão do contrato vigente, para a Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., no qual a mesma assumiu toda a responsabilidade do mesmo, dando continuidade nos serviços contratados como descritos no contrato original.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

15.2 Transações comerciais--Continuação

Os serviços contratados e orçados entre os anos de 2015 a 2017 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados, como segue:

<u>Serviços contratados</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor contratado / corrigido</u>	<u>Valor executado</u>
Prestação de serviços (i) obras de restauração, sistema de drenagem, obras de artes correntes, obras complementares e sinalização; (ii) manutenção de rodovias de acordo com as determinações firmadas pelo poder concedente das rodovias BR 369, BR 153 PR 323, PR 445, e (iii) monitoramento dos pavimentos que compõe o Lote nº 01 do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2017	77.080	77.080

A THC – Triunfo Holding de Construções, que possui controle comum à TPI, realizou a venda de sua participação na Compasa em 21 de setembro de 2017. Desta forma, os saldos em aberto deixaram de ser apresentados como Partes Relacionadas, passando a ser classificados na rubrica de fornecedores.

16. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas com esses administradores, totalizaram R\$1.831 (R\$1.998 em 31 de dezembro de 2016).

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril 2017 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$2.445, por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benéficos pós-emprego.

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas de arrecadação	226.202	211.439
Receitas de construção - ativos da concessão	44.718	27.329
Receitas acessórias	1.962	1.918
Receita bruta de serviços	272.882	240.686
Impostos incidentes sobre serviços	(18.975)	(17.748)
Receita líquida	253.907	222.938

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicação	2.406	5.454
Instrumentos derivativos	803	3.308
Valor justo debentures	99	-
Ganho valor justo swap	1.506	9.735
Outros rendimentos	91	1.175
	<u>4.905</u>	<u>19.672</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(1.702)	(1.607)
IOF sobre empréstimos	(382)	(454)
Variações monetárias debentures	(24.912)	(36.807)
Despesas sobre manutenção de rodovias	(5.223)	(5.524)
Instrumentos derivativos	(2.295)	(14.306)
Valor justo debentures	(719)	(3.406)
Perda valor justo swap	(2.298)	-
Despesas com debentures	(7.623)	(8.114)
Outros	(33)	(649)
	<u>(45.187)</u>	<u>(70.867)</u>
Total	<u>(40.282)</u>	<u>(51.195)</u>

19. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	174.422	162.709
Despesas operacionais	27.549	25.178
	<u>201.971</u>	<u>187.887</u>
Despesas por natureza		
Custo de serviços prestados	61.056	76.486
Custo com pessoal	8.704	4.987
Custo de construção - ativos da concessão	44.718	27.329
Despesas com pessoal	8.388	8.540
Amortizações	54.403	48.540
Gerais e administrativas	19.161	16.638
Outras operacionais	5.541	5.367
	<u>201.971</u>	<u>187.887</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Litígio na Concessão

Em 28 de novembro de 2014, a Econorte em conjunto com o Poder Concedente assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Termo Aditivo n. 272/2014), o qual foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

O Termo Aditivo, em síntese, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002 (data do último aditivo contratual). Nesse contexto, o aditivo proporciona efeitos transacionais, preventivos e extintivos de litígio, em relação a cada um dos processos existentes que cada parte mantinha, uma frente ou outra, ou seja, reconhece a perda superveniente do interesse de agir em relação aos diversos processos perpetuados pela administração anterior, na busca da redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais, como também nas diversas medidas judiciais apresentadas pela Companhia contra o Governo do Estado do Paraná e/ou frente ao Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná.

Em síntese, a Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, busca a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores, reiterando o compromisso e o objetivo de manter incólumes o Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos firmados entre a Econorte e o Estado do Paraná, com a manutenção da integridade do programa de concessão de que é titular.

21. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguro e garantia--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Modalidade	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A	Garantia	5 107 750 010 775 000 000	Jan/2017 a dez/2017	314	89.691
ACE Seguradora S.A	Resp. civil	17.51.0028881-12	Jan/2017 a jan/2018	455	10.000
ACE Seguradora S.A	Riscos operacional e engenharia	17.96.0003988.28	Jan/2017 a jan/2018	459	89.093
					188.784
					27.786
					10.000
					60.907
					10.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

22. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em agosto de 2009, houve a deliberação nº 094/2009, do Conselho Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aprovando os pareceres que instruíram o processo protocolado sob nº 9.895.907-6, que estabeleceu o Plano de Recuperação por Etapa. Em setembro de 2009, a Econorte manifestou a sua concordância ao referido plano de recuperação através do Ofício ECN 117-2009.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 407.684. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos com a concessão--Continuação

	2018	2019	2020	2021	Total
Investimentos previstos	19.280	15.780	4.867	277.340	317.266
Manutenções previstas	25.306	15.476	16.897	32.739	90.418

Até 31 de dezembro de 2017 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2018 a 2021, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 11,51% a.a. A Companhia tem provisão referente manutenção das rodovias a ser realizado pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, como demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para manutenção - curto prazo	25.306	22.925
Provisão para manutenção - longo prazo	20.932	14.068
	46.238	36.993

23. Benefícios a empregados

Plano de Previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 212 e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$ 212, respectivamente.

24. Eventos Subsequentes

i) Assinatura de Termo Aditivo

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2018 a 2021.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos Subsequentes--Continuação

i) Assinatura de Termo Aditivo--Continuação

Tal readequação considera a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e seus aditamentos, sem alteração das regras contratuais e dos valores das tarifas de pedágio praticadas atualmente. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR.

ii) Mandado de Busca e Apreensão

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia, da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de sua coligada Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Foi, ainda, decretada a prisão temporária de um executivo da Companhia, e de um executivo da Controladora.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas e continuará a cooperar com as autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de administração da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. criou um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação interna dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão abrangendo sua coligada Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda e a Companhia. O Comitê é composto por dois Conselheiros Independentes da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A e iniciará as suas atividades com a maior brevidade possível.